

Elton Eustáquio CASAGRANDE¹

PLESKOVIC, B.; STERN, N. (Ed.) *Annual World Bank Conference on Development Economics 2000*. Washington: The World Bank, 2001.

A resenha da publicação do Banco Mundial de sua Conferência Anual de 2000, editada em 2001, é uma ótima oportunidade para difundir e subsidiar o debate sobre *desenvolvimento econômico*.

Os temas escolhidos para compor as conferências anuais variam de ano para ano, de acordo com os resultados de trabalhos científicos na fronteira do conhecimento e as novas experiências e abordagens que, segundo o Banco Mundial, podem contribuir para a intervenção dos organismos multilaterais nos países em desenvolvimento.

No ano de 2000, quatro temas nortearam a publicação: novas abordagens sobre desenvolvimento; crises e recuperação; governança e reestruturação; e, finalmente, seguridade social e poupança pública e privada. O resultado da conferência contou com a contribuição de 37 conferencistas e debatedores que discutiram vários aspectos dos temas tratados.

Para melhor compreender o objeto de cada seção da publicação, comentaremos o teor de cada uma e as idéias nelas expostas. O leitor notará o destaque dos textos de Joseph Stiglitz em três oportunidades.

¹ Departamento de Economia - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 - Araraquara - SP.

Abrindo a conferência, Stiglitz identifica nas noções de equilíbrio e de mudança os atributos para o desenvolvimento econômico. O autor, contrariando a tese neoclássica, afirma que o desenvolvimento é possível, mas não inevitável. Certamente, este entendimento, de que cumprindo certas etapas o desenvolvimento seria alcançado por qualquer país, foi e tem sido contraditado pelas diversas experiências não exitosas ocorridas em todos os continentes.

Stiglitz, descrevendo e analisando as noções de equilíbrio – tão importante na elaboração de modelos – e mudança – imprescindível para o entendimento da dinâmica econômica –, coloca sua questão central, qual seja, “como nós sabemos e como viemos a acreditar no que acreditamos?”. As questões são respondidas de modo a questionar as crenças dos economistas que, em geral, tendem a aceitar certos resultados dos trabalhos científicos, especialmente dos neoclássicos, que apontam para uma organização econômica de uma sociedade como preferível a qualquer outra. A importância dada às instituições e a valorização das informações imperfeitas e incompletas contribuem para um entendimento mais amplo do que aquele que os modelos apresentam para a compreensão da realidade. Stiglitz critica as crenças e as abstrações que essas crenças levam os economistas a fazer quando tratam do problema do desenvolvimento, para o qual as políticas recentes, especialmente de caráter liberal, produziram poucos resultados.

Jeffrey Sachs e János Kornai, ainda na seção de abertura, vão apontar para duas questões importantes e polêmicas. A primeira, levantada por Sachs, é que a pobreza e as epidemias só serão reduzidas se os países pobres tiverem acesso aos mercados norte-americanos e europeus e se os fundos a eles dirigidos tiverem a contribuição dos países ricos em um montante maior do que é feito atualmente. Por sua vez, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial enfatizam em demasia as reformas econômicas, ignorando a necessidade de um plano estratégico de desenvolvimento industrial para que os países pobres tenham condições de explorar as vantagens do comércio internacional.

O atual governo republicano americano já se pronunciou sobre o que pensa ser uma política de ajuda aos países pobres: a responsabilidade financeira deve ser dividida com os países em desenvolvimento e as disputas na Organização Mundial do Comércio (OMC) devem demarcar a noção de liberdade econômica idealizada por americanos e europeus para as demais culturas. Barreiras não tarifárias e subsídios permeiam as relações econômicas e protegem as empresas dos países desenvolvidos contra os avanços tecnológicos dos demais países.

Kornai, por sua vez, argumenta que os países do Leste Asiático tentaram aplicar uma falsa terapia baseada em uma falsa dicotomia: a opção entre o gradualismo e o choque econômico. Segundo Kornai, eles esqueceram-se de considerar o processo de ajustamento que criaria as condições favoráveis ao desenvolvimento do setor privado. O que significa reconhecer que a velocidade dos processos de reforma não pode ser imperativa porque o resultado delas conduz à impaciência, agressividade e arrogância. Kornai sugere que os processos de privatização em massa conduzidos nos países do ex-regime comunista foram semelhantes à implantação da propriedade coletiva levada a cabo por Stalin. Ou seja, tanto num caso como noutro, a velocidade do ajuste não poderia se sobrepor à capacidade de as instituições se transformarem, especialmente quando o problema central é o da propriedade.

Na seção “Novas abordagens sobre desenvolvimento”, Dani Rodrik e Stiglitz são os autores mais conhecidos no Brasil. Os artigos escritos por Paul Collier, Dani Rodrik, Karla Hoff tratam de instituições, mercados e coordenação. São temas recentemente desenvolvidos por keynesianos e neoclássicos. Collier, da mesma forma que Stiglitz, mostra-se cético para com as políticas e condicionalidades impostas “de fora” aos países em desenvolvimento e seu êxito. Ambos preferem a flexibilidade moldada a partir das condições institucionais daqueles países.

Nos outros artigos da mesma seção, são examinados os diferentes aspectos dos efeitos das crises sobre o desenvolvimento. Uma abordagem schumpeteriana é feita por Ricardo J. Caballero e Mohamad L. Hammour. O enfoque é sobre o mercado de trabalho, com ênfase à criação, destruição e realocação do trabalho em países selecionados. Tópicos da agenda liberal são tratados na perspectiva da criação destrutiva e os termos contratuais que envolvem as relações capital-trabalho.

As dimensões da crise no Leste Asiático e no México são discutidas em seguida. As análises, em particular do México, são feitas com base na economia real. O exercício da macroeconomia e suas principais variáveis são debatidos, mudando o foco em relação aos artigos anteriores nos quais prevaleceram a abstração teórica e os princípios de uma filosofia social. A análise da situação mexicana é feita de modo comparativo ao Leste Asiático, mostrando os principais fatores de sua recuperação econômica após a crise de 1995.

O terceiro tema da edição, “Governança e reestruturação de corporações”, recebeu grande atenção na segunda metade da década de 1990 e revelou-se muito mais influente tanto nas análises de economistas latinos quanto nas daqueles que pertencem aos organismos multilaterais.

A maior dimensão dada ao tema na América Latina nasceu com a interação mundial dos mercados. O cerne desse debate refere-se a questões relativas às transações financeiras entre firmas e credores. A autoridade e o arbítrio da gerência das corporações e o interesse dos investidores são regulados judicialmente e a minimização dos conflitos é o ponto-chave da discussão.

O primeiro texto, escrito por Alexander Dyck, tem a qualidade de articular a noção funcional da governança no contexto de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Gérard Roland analisa a mesma questão para as economias que passaram pelo processo de privatização.

Finalmente, a edição do Banco Mundial abre espaço para um tema no mínimo árido para as economias latino-americanas: "Segurança social e poupança".

O primeiro artigo da seção examina as implicações do financiamento dos fundos de pensão e de suas conseqüências sobre o orçamento público. Obviamente, o crescimento populacional e a incerteza são articulados pelo autor para discutir o financiamento dos fundos de pensão. O autor analisa as implicações da incerteza sobre o custo futuro das pensões em função de decisões no presente e insiste que é necessário flexibilizar os benefícios futuros, dividindo o ônus da decisão de valorização da riqueza entre o período atual e o futuro.

O último artigo trata da poupança no Leste Asiático e na América Latina. O autor investiga, utilizando-se da econometria, se a poupança individual difere entre grupos em razão da distribuição de renda no Leste Asiático em relação à América Latina. Considera como critérios de investigação a renda, a fertilidade e a idade.

A estrutura do modelo é, para resumir, neoclássica: baseia-se no modelo de ciclo de vida que foi contraditado pelos desenvolvimentos keynesianos. Ao terminar a edição com um texto conservador, a publicação deixa claro, segundo nossa interpretação, que a preocupação intertemporal aliada ao comportamento das instituições marca os condicionantes, na visão do Banco Mundial, do desenvolvimento econômico. Da abstração neoclássica às políticas reformistas, há um grande salto – especialmente para o Banco Mundial.

Seja como for, é preciso reconhecer que as mudanças ocorridas nas diversas concepções do Banco Mundial só contribuirão para o desenvolvimento da América Latina na medida em que as instituições dos países latino-americanos entendam a preocupação do Banco e este compreenda, por sua vez, que a velocidade não pode ser o principal imperativo para a realização de mudanças.